

IMPLANTAÇÃO DA SIDERÚRGICA MENDES JÚNIOR EM JUIZ DE FORA (MG)

Suzana Quinet de Andrade Bastos¹
Lourival Batista de Oliveira Júnior²
Rogério Silva de Mattos³

RESUMO

A empresa Siderúrgica Mendes Júnior, atualmente, Arcelor-Mittal Juiz de Fora - Aços Longos, foi implantada na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, ao longo dos anos 1970, tendo porém iniciado sua operação no ano de 1984. Embora de iniciativa privada, o projeto industrial da empresa foi concebido e implementado com elevada interferência pública, tanto da esfera federal, quanto estadual e municipal. Além de conceder financiamentos e isenção de impostos, o Estado brasileiro influenciou na concepção, no processo de produção e na capacidade de produção da empresa.

Palavras Chaves: História de Empresa, Siderúrgica Mendes Júnior, Indústria Siderúrgica, Juiz de Fora, Minas Gerais.

ABSTRACT

The enterprise Siderúrgica Mendes Júnior (SMJ), now Arcelor-Mittal Juiz de Fora, installed in the city of Juiz de Fora (State of Minas Gerais/Brazil) along the seventies but started operations only in 1984. Although a private venture, SMJ's industrial project underwent strong interference from the federal, state, and municipality branches of Brazilian government. In addition to funding and tax exemptions, the Brazilian government influenced the project conception, the production process and the level of industrial capacity of the enterprise.

Key Words: Business History, Siderúrgica Mendes Júnior, Steelworks Industry, Juiz de Fora, Minas Gerais.

1. INTRODUÇÃO

Pela própria natureza do seu produto, essencial ao funcionamento da economia e condicionante do crescimento industrial, o setor siderúrgico recebeu das autoridades econômicas mundiais um tratamento especial. Elevada soma de recursos públicos foi canalizada para a implantação das grandes usinas siderúrgicas, o que propiciou o expressivo crescimento do setor.

A partir de meados da década de 70, a indústria siderúrgica mundial experimentou uma profunda crise estrutural provocada por um excesso de capacidade instalada nas usinas, aprofundada pela recessão mundial advinda da crise do petróleo. Diante deste contexto, os países em desenvolvimento foram estimulados a expandir suas capacidades de produção de aço.

Assim, entre o meado da década de 70 ao início dos anos 80 ocorreu uma gradativa transferência de capacidade produtiva dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento⁴. Enquanto os investimentos em expansão e modernização das

atividades siderúrgicas dos países desenvolvidos foram praticamente suspensas e inclusive em alguns casos fechadas unidades produtivas (Estados Unidos⁵ e Comunidade Econômica Européia), países em desenvolvimento como o Brasil⁶, realizaram investimentos no setor siderúrgico, de forma a dar suporte ao processo de industrialização, substituindo as importações.

Na estrutura do comércio internacional de aço observou-se a mesma tendência ocorrida a nível produtivo, ou seja, entre 1970 e 1985 os países industrializados diminuíram sua participação de 82,9% para 77,3% sobre as exportações mundiais, enquanto os países em desenvolvimento aumentaram este índice de 2,7% para 9,8% (DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 1987).

No Brasil, apesar de os investimentos estatais na indústria siderúrgica datarem dos anos 40 e 50 (Belgo Mineira/1921, Companhia Siderúrgica Nacional/1946, COSIPA/1952, USIMINAS/1956), no final da década de 60 o país continuava dependente de produtos siderúrgicos importados. O crescimento da economia (Milagre Brasileiro) impunha a necessidade de medidas para o setor.

Em 1967, com a criação do Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica (GCIS), começou a ser montada a base institucional para o setor, através da definição das diretrizes que se consubstanciaram na criação do Conselho de Não Ferrosos e de Siderurgia (CONSIDER) em 1968, que em 1970 se transformaria no órgão responsável pela formulação e coordenação da política siderúrgica nacional e da Siderurgia Brasileira Ltda. (SIDEBRÁS), empresa *holding* responsável por gerir os interesses da União nos empreendimentos siderúrgicos, em 1973.

Esta estrutura institucional, aliada ao acentuado crescimento da economia brasileira, numa situação em que a oferta de aço era permanentemente inferior à demanda dos produtos siderúrgicos e a intensidade de consumo de aço na fabricação de bens era relativamente constante, teve um relativo sucesso na implementação do I Programa Siderúrgico Nacional (I PSN) elaborado para o período 1972-74⁷.

Entretanto, somente com o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico), em 1974, cumpriu-se um programa efetivo de substituição de importações de produtos siderúrgicos, que previa o crescimento da produção de aço dos 12,4 milhões de ton/ano em 1975 para 25 milhões de ton/ano em 1980, com um esforço de investimento estimado da ordem de US\$ 1,5 bilhão por ano (LESSA, 1978). Para este fim, o CONSIDER, através da Resolução 31/75, recomendou a implantação de indústrias siderúrgicas no país, *através de grupo empresarial privado, com total apoio*

da SIDEBRÁS, inclusive através da complementação acionária que se fizer necessária para viabilização do projeto (SIDERÚRGICA MENDES JÚNIOR, 1976:2).

A produção brasileira de aço era segmentada⁸ nos setores de aços planos e não-planos subdivididos em pesados, médios e leves, podendo ser comuns ou especiais. Tal segmentação teve origem nas diretrizes do I PSN, *que estabeleceu uma divisão de trabalho entre o Estado e a iniciativa privada, responsabilizando o Estado pela produção de aços planos devido ao alto investimento envolvido e a menor rentabilidade deste segmento* (DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 1987:67).

Assim, a siderurgia privada ficou responsável pela produção de aços não planos, que compreende: vergalhões, perfis, barras, tubos sem costura, fio-máquina, arames trefilados, dentre outros. O setor se desenvolveu à base de matérias-primas e insumos nacionais, produzidos por usinas integradas a minério de ferro e carvão vegetal ou usinas semi-integradas a sucata e energia elétrica.

Até os anos 70, o segmento produtor de aços não-planos comuns leves e médios era um oligopólio formado por 12 empresas, principalmente privadas nacionais, com a presença de uma empresa controlada por capitais estrangeiros radicados no país (Belgo Mineira) e três empresas estatais (USIBA, COSIM, COFAVI)⁹.

Nos anos 70, dada a expansão do mercado brasileiro e as diretrizes do Governo Brasileiro no que se refere ao sub-setor de não-planos comuns leves e médios, *a Mendes Júnior propôs-se a liderar e implantar o projeto de uma usina siderúrgica no Município de Juiz de Fora (MG), destinado à produção de aço em produtos acabados na categoria de não-planos* (SIDERÚRGICA MENDES JÚNIOR, 1976:1).

2. A SIDERÚRGICA MENDES JÚNIOR E JUIZ DE FORA

Juiz de Fora, desde o início do século XX, vinha lutando para a instalação de uma indústria siderúrgica em seu território. Em 1912, os engenheiros Carlos Wigg e Trajano de Medeiros solicitaram à Câmara Municipal a concessão de uma área de cem alqueires geométricos de terra na fazenda da Graminha para a produção de artigos de aço não-planos (trilhos, vigas, barras e arames). A concessão foi aprovada, bem como a isenção de impostos municipais pelo prazo de vinte e cinco anos.

Mas a Câmara Municipal reservava-se o direito de considerar caduca a concessão se no prazo de dois anos não fossem iniciados os trabalhos da usina. Foi o que aconteceu, não havendo referencia às dificuldades que teriam encontrado aqueles industriais para o estabelecimento da indústria siderúrgica em Juiz de Fora¹⁰ (OLIVEIRA, 1953:211-212).

No final dos anos 60¹¹ a idéia de implantação da indústria siderúrgica na cidade de Juiz de Fora voltou à tona. Por um lado, o engenheiro José Mendes Júnior (Construtora Mendes Júnior) interessado em fazer uma grande obra em Juiz de Fora¹², *como homenagem à cidade dele, a sua cidade do coração* (CASTELO, 1994b:8) liderou um processo de negociação com as lideranças locais de forma a criar um clima favorável à instalação de uma siderúrgica na cidade.

O Dr. Mendes Júnior, fez uma exposição na Câmara sobre um projeto novo de uma siderúrgica que ele queria fazer em Juiz de Fora, uma siderúrgica de 300.000 ton/ano. Esse era o desejo de Mendes Júnior, e já era para nós naquela altura dos acontecimentos, sem dúvida nenhuma, alguma coisa grande para nós. Então nós todos estávamos envolvidos nesse processo da Mendes Júnior (FAGUNDES NETO, 1994b:113).

Ao mesmo tempo, a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), preocupada com a desaceleração econômica e a decadência industrial da cidade, iniciou um processo de reequipamento da infra-estrutura (Distrito Industrial de Benfca e sistemas de telecomunicações, energia¹³ e abastecimento de água) objetivando viabilizar a instalação de um grande empreendimento industrial na cidade.

A conjugação de ambos os interesses se materializou, no início dos anos 70, na constituição da Siderúrgica Mendes Júnior Ltda.¹⁴ com a finalidade de formular o projeto de viabilidade da usina, equacionar a nova empresa em termos de capital e fontes de financiamento para o projeto e iniciar as negociações para a implantação de uma usina de laminados não-planos, sob a liderança da Construtora Mendes Júnior na cidade.

Em 1971 o prefeito Itamar Franco (1967/1971) solicitou à Câmara Municipal a isenção de impostos municipais às empresas siderúrgicas, com mais de 400 empregados, que se instalassem na cidade e iniciou um processo de escolha da área para ser comprada e posteriormente cedida ao empreendimento Mendes Júnior.

Tendo em vista a instalação em Juiz de Fora da Siderúrgica Mendes Júnior, a municipalidade, como não poderia deixar de ser, está se empenhando para que nosso município ofereça ao grupo Mendes Júnior as facilidades que outros municípios colocaram a seu alcance, a fim de aquinhoar os grandes benefícios decorrentes da implantação de uma indústria do porte da Siderúrgica Mendes Júnior (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 1971).

Além da proximidade dos principais mercados consumidores (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte) foram considerados como fatores locais de Juiz de Fora¹⁵: o clima da cidade; a existência de matéria-prima num raio não superior a 300

quilômetros; a existência de ligação ferroviária com o porto do Rio de Janeiro, para recebimento da matéria-prima importada (carvão mineral) e exportação dos produtos acabados; a disponibilidade de oferta de mão de obra qualificada, em nível superior e técnico (Universidade Federal de Juiz de Fora e Colégio Técnico Universitário), para a construção e operação da usina; a existência de uma infra-estrutura urbana (aproximadamente 300.000 habitantes) e a possibilidade da cidade fornecer os serviços de transporte, alimentação, comunicação (telex, fax e telefone) e de manutenção da usina siderúrgica.

Uma análise comparativa realizada entre várias localizações: São Paulo (SP), Santa Cruz (RJ), Juiz de Fora (MG), Sete Lagoas (MG) e Vitória (ES), abrangendo fatores como custo de reunião de matéria-prima, custo de distribuição de produtos acabados, custo de energia elétrica e ICM, concluiu-se que a localização em Juiz de Fora é aquela de menor custo diferencial dos fatores considerados (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1976:43).

Na cidade de Juiz de Fora, a área de cerca de vinte milhões de metros quadrados¹⁶ escolhida para implantação da usina, situava-se em Dias Tavares (Distrito de Benfica), a aproximadamente 23 km ao norte da cidade e a 7 km do Bairro de Benfica. A escolha da região de Dias Tavares levou em consideração a disponibilidade de espaço e a topografia para construção da usina, as características do solo, a distância ao centro urbano de Juiz de Fora, a disponibilidade de água (Rio Paraibuna e Ribeirão do Estiva), a possibilidade de implantação de rede de energia elétrica com potencial adequado, bem como a existência de diversos pequenos distritos de Juiz de Fora (Benfica, Dias Tavares, Paula Lima e Chapéu D'Uvas) na área circunvizinha ao terreno, os quais poderiam ser utilizados para residência da força de trabalho da usina.

Além disso, o terreno, localizado no Distrito Industrial II (ou de Benfica) ficava adjacente à ferrovia (Rede Ferroviária Federal S.A.–Central do Brasil) e à rodovia BR-040, que liga Juiz de Fora às cidades de Belo Horizonte e Rio de Janeiro. A área sendo próxima ao eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte, seja por ferrovia ou rodovia, favorecia o fluxo de produtos acabados para os principais centros de consumo, bem como a captação e transporte de sucata e outros insumos básicos para a usina com plena possibilidade de uso do frete de retorno (COTRIM, 1979).

3 – O PROJETO DA FÁBRICA DE JUIZ DE FORA

Apesar dos esforços do prefeito Itamar Franco, o projeto da Siderúrgica Mendes Júnior só começou a ser viabilizado no governo do prefeito Agostinho Pestana (1971/1972). Neste período a prefeitura isentou por dez anos a SMJ de todos os impostos municipais e contraiu um empréstimo¹⁷ junto ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais, com total apoio do governador de Minas Gerais, Rondon Pacheco, para aquisição da área de 7,5 km² no subdistrito de Dias Tavares (Distrito de Benfica) que seria doada à siderúrgica. Em contrapartida à doação do terreno, a SMJ deveria instalar, no prazo máximo de sete anos (até 1979)¹⁸, uma usina siderúrgica com capacidade para o processamento inicial de 300.000 ton/ano de produtos acabados.

O Brasil, no final dos anos 60 e início dos anos 70, crescia a uma taxa em torno de 10% ao ano, e o CONSIDER achava que a SMJ era um projeto “muito pequeno” para o Brasil “grande” que estava se formando. O Conselho preocupado com a constituição do pólo siderúrgico brasileiro¹⁹ sugeriu que o projeto da SMJ fosse ampliado para pelo menos 1 milhão de ton/ano, devendo chegar a 2 milhões de ton/ano.

O governo falou não, vocês não podem fazer uma indústria de trezentas mil toneladas de aço, isto é uma coisinha de nada, o Brasil vai ter uma possibilidade de consumir trinta milhões de toneladas, e vocês têm que fazer uma usina com dois milhões de toneladas dentro de seis, de oito anos (MELLO REIS, 1994b:161).

Em março de 1973, a SMJ submeteu ao CONSIDER estudo de viabilidade técnico-econômica para uma usina integrada com capacidade inicial de produção de 1,2 milhões de ton/ano de aço líquido, o qual foi aprovado em agosto do mesmo ano.

Em 1974, foi aprovado o protocolo que definiu os compromissos recíprocos entre o Estado de Minas Gerais, a Prefeitura de Juiz de Fora e a SMJ, tendo como interveniente a Construtora Mendes Júnior, visando à instalação de uma usina siderúrgica em Juiz de Fora com capacidade de produção de 2 milhões de ton/ano de aço líquido, orçada em US\$ 630 milhões²⁰, com expectativa de entrar em operação no início de 1978 e com possibilidade de gerar 3.250 novos empregos na cidade.

A intenção das partes é a implantação de um projeto siderúrgico com gerenciamento privado, cabendo especialmente aos setores públicos participantes prestar o necessário apoio ao empreendimento, inclusive sob o aspecto financeiro, conforme as diretrizes do governo federal para o sub-setor de aços não planos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 1994a:93).

No protocolo, definiu-se que a participação acionária do Estado de Minas Gerais seria de 9,3 % do capital social da empresa e que o Estado reembolsaria a SMJ, 32% do ICM (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias) recolhido ao tesouro do Estado, incidente sobre as saídas tributáveis dos produtos fabricados pela usina, pelo prazo de 10 anos, após a entrada em operação da usina siderúrgica²¹.

Caso o Estado venha a participar do capital da empresa em percentual superior a 20%, o prazo de fruição do incentivo fiscal será reduzido para 5 anos e o retorno do ICM será reduzido para 25,6% (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1976).

Além disso, o Estado de Minas Gerais seria responsável pela criação da infraestrutura básica (instalações elétricas e telefônicas) e atuaria junto aos órgãos governamentais federais objetivando viabilizar as questões infra-estruturais: obras de acesso rodoviário, construção de pontes ferroviárias para transposição do rio Paraibuna, ramais ferroviários até o pátio da usina, obras de retificação e relocação do rio Paraibuna e do Ribeirão do Estiva, construção da barragem de Chapéu D'Uvas²² e do seu sistema de captação de águas.

De acordo com o protocolo, a Prefeitura de Juiz de Fora seria responsável por financiar as obras de terraplanagem e drenagem do terreno da usina, até o limite máximo de US\$ 25 milhões, sendo que as obras deveriam ser executadas a partir de concorrência pública²³ e a Prefeitura se tornaria acionista da empresa no valor equivalente a US\$ 5 milhões e, inclusive participaria do Conselho Diretor da empresa via nomeação de um diretor.

A construtora Mendes Júnior fez a terraplanagem, discutível o preço dessa terraplanagem, mas com o dinheiro a Construtora capitalizou-se para fazer a sua parte no capital da Siderúrgica Mendes Júnior (FAGUNDES NETO, 1994b:117).

O recurso para custear as obras de terraplanagem e drenagem do terreno da área da SMJ foi obtido pela Prefeitura de Juiz de Fora, no exterior²⁴, através do governo do Estado de Minas Gerais (Banco de Crédito Real de Minas Gerais e o Banco do Estado de Minas Gerais), com apoio financeiro do governo federal. O Estado de Minas Gerais, como fiador²⁵ e principal pagador do empréstimo, honrou todas as prestações, com recursos próprios ou repassados do governo federal e inclusive assumiu a dívida (e as ações do capital da SMJ) da prefeitura²⁶ na gestão do prefeito Tarcísio Delgado (1984/89) e do governador Hélio Garcia. Assim, *o empréstimo foi concedido e aplicado*

nas obras da siderúrgica e quem pagou por esse empréstimo durante todo o tempo foi o Estado (MELLO REIS, 1994b:155).

No início do II PND, o Ministério do Planejamento sugere a elevação da escala inicial de produção da SMJ para 2 milhões ton/ano em uma primeira fase de operação e mais 2 milhões ton/ano numa segunda fase, bem como a inclusão de uma linha de laminação de perfis pesados.

Em meados de 1975 o projeto da SMJ começa a sofrer atrasos devido ao surgimento da polêmica envolvendo a Aço Minas Gerais S.A (AÇOMINAS). Com o fim do governo estadual de Rondon Pacheco e a eleição de Aureliano Chaves para o governo do Estado de Minas Gerais, o novo governador queria consolidar o pólo siderúrgico mineiro, pois achava que Minas Gerais era apenas um estado exportador de minério de ferro para a Siderúrgica Nacional e para a COSIPA. O novo governador queria garantir uma parte da transformação do minério de ferro no Estado de Minas Gerais e, para isto queria construir uma grande siderúrgica no Estado.

Inicialmente, o governador tinha a intenção de fazer uma siderúrgica de 1 milhão de ton/ano em Igarapeva (MG), entretanto em face de pressões da Associação Comercial do Estado de Minas Gerais, o novo governador resolveu encampar um projeto histórico da iniciativa privada (desde os tempos de Arthur Bernardes - 1924), referente à implantação da siderúrgica AÇOMINAS, com produção de 1 milhão de ton/ano em Ouro Branco²⁷ no Estado de Minas Gerais (FAGUNDES NETO:1994b).

O CONSIDER avaliou o projeto da AÇOMINAS como pequeno e exigiu a ampliação da produção (aço perfilado) para 4 milhões de ton/ano²⁸ e uma mudança na linha de produção da empresa. Como fator de complicação havia o fato da SIDEBRÁS (Siderurgia Brasileira S.A) não querer liberar concomitantemente dois financiamentos para implantação de projetos siderúrgicos no Estado de Minas Gerais.

Este fato acabou por gerar grande controvérsia entre os líderes políticos do Estado de Minas Gerais²⁹, sendo que as lideranças de Juiz de Fora lutavam pela instalação da SMJ e o Governador Aureliano Chaves insistia na instalação dos dois projetos³⁰ (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 1994a: 57).

Em outubro de 1976, a Siderúrgica Mendes Júnior Ltda, cujo controle acionário pertencia à Construtora Mendes Júnior foi transformada em S.A³¹ prevendo-se a participação acionária do Estado de Minas Gerais através da Sociedade Mineira de Participações Siderúrgicas S.A (SMPS)³², da SIDEBRÁS (que entraria com um capital

de US\$ 80 milhões), da Prefeitura de Juiz de Fora, de um *pool* estrangeiro (Nippon Steel, British Steel) e de um *pool* de bancos brasileiros (que propunham subscrever US\$ 30 milhões), com vistas à implantação da usina siderúrgica, à base de coque, destinada à produção de aço em produtos acabados na categoria de não-planos.

A usina constaria de dois estágios distintos. O primeiro, envolvendo duas etapas, previa a produção inicial de 1,2 milhões de ton/ano de aços não-planos na primeira fase e mais 1,2 milhões de unidades na segunda fase, somando 2,4 milhões de ton/ano as duas etapas. No segundo estágio, envolvendo também duas etapas, a produção total da SMJ poderia chegar, dependendo das condições de mercado, a 5 milhões de ton/ano de aço líquido.

A SMJ seria a primeira usina integrada a coque, produtora de aços não planos no Brasil. Sendo uma usina de grande porte e projetada para obter índices de produtividade, induzirá, certamente, uma forte evolução qualitativa no setor de laminados não-planos comum (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1976:29).

A matéria-prima, para a produção do aço da SMJ, seria fornecida por diversos estados brasileiros: Minas Gerais (minério de ferro, calcário e sucata de aço); São Paulo (coque de petróleo); Mato-Grosso, Goiás e Bahia (minério de manganês e ferros-liga); Santa Catarina (fluorita e 20% do carvão mineral³³, visto que 80% do carvão mineral seriam importados, principalmente dos EUA) e o Estado do Rio de Janeiro (sucata de aço) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 1994a).

No mesmo ano foi assinado o contrato de financiamento para o projeto Mendes Júnior com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), à conta do Fundo de Reparcelamento Econômico (FRE) para implantação de usina siderúrgica integrada, com capacidade inicial de produção de 1,2 milhões de ton/ano. Embora a taxa de juros para o sistema siderúrgico fosse de 5% ao ano, o grupo de análise do BNDE propôs juros de 4% ao ano, taxa esta que poderia ser reduzida para 3% ao ano se os equipamentos nacionais ultrapassarem 60% dos equipamentos adquiridos pela siderúrgica mineira (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1976:23). A estimativa do BNDE (1976) era que a empresa tivesse a capacidade de empregar 5.556 trabalhadores, número este superior aos 3.250 apresentados pela empresa ao referido banco.

O BNDE (1976) considerou como méritos do projeto: o atendimento das metas quantitativas do programa de expansão siderúrgica, no que se refere a laminados não-

planos de aço comum; a expansão qualitativa do setor, em termos de escala; a concepção do projeto como usina integrada, liberta das flutuações de oferta e demanda de preços de sucata e a implantação do projeto representa a criação do núcleo siderúrgico e um novo pólo de desenvolvimento regional. Entretanto o BNDE considerou como fator negativo a implantação simultânea de duas siderúrgicas no Estado de Minas Gerais (AÇOMINAS e SMJ).

O ano de 1980 foi definido para a entrada em operação da usina e para este fim previa-se a contratação, dos trabalhos de engenharia do projeto, os quais ficaram a cargo da Construtora Mendes Júnior, desde que a construtora demonstrasse possuir equipamentos e equipe técnica adequados e apresentasse preços compatíveis com os valores de mercado. O início das obras de terraplanagem e drenagem foi marcado para o final de agosto de 1977, tendo a Construtora Mendes Júnior contratado 300 trabalhadores³⁴. Enquanto isto a cidade, de um modo geral, vivia um clima de euforia, pois a Siderúrgica Mendes Júnior *significaria para a prefeitura num futuro não distante, a elevação da arrecadação e para a população a criação de mais de 5.000 empregos diretos e indiretos*³⁵ (DIÁRIO MERCANTIL, 27/10/76).

Em 1977, o governo federal, sentindo os efeitos da crise do petróleo e sua conseqüência no mercado de produtos de aço, redefiniu seu posicionamento e começou a desestimular a SMJ na implantação do grande projeto siderúrgico, o qual o próprio governo havia estimulado.

As previsões de crescimento industrial do II PND foram formuladas quando se estava ainda sob os efeitos das excepcionais taxas de crescimento econômico observadas no período de 1969 a 1974, antes, portanto que se fizesse sentir os efeitos da alta dos preços do petróleo e da recessão mundial (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1976:26).

Neste mesmo ano foram desenvolvidos diversos estudos, baseados na escala de produção inicial de 1,2 milhões de ton/ano, para a seleção do processo de fabricação do aço (Quadro 1). A empresa japonesa Nippon Steel executou o planejamento básico (*Basic Design Study Report*) no caso da alternativa do alto forno. Ao mesmo tempo foram realizados contatos com a *Nippon Kokan*, do Japão, para avaliação do modelo do forno rotativo SL/RN existente na usina japonesa de *Fukuyama* e a siderúrgica solicitou ao grupo *Mannesmann, Demag e Korf Engineering* um estudo baseado na combinação do baixo forno com unidades de redução utilizando-se 100% de carvão nacional. Posteriormente, atendendo solicitações do Ministério da Indústria e Comércio e da

SIDEBRÁS, foram desenvolvidos estudos nas escalas de produção de 600.000 e 750.000 toneladas anuais de aço líquido para as alternativas SL/RN e baixo forno, respectivamente (COTRIM, 1979).

Após considerações técnicas desenvolvidas pela empresa e levando-se em consideração a escassez de recursos financeiros disponíveis, a SMJ optou pela usina integrada com baixo forno de redução, com escala inicial de produção de 600.000 ton/ano de aço líquido, entretanto foi estabelecida a capacidade máxima de produção da SMJ para efeito de *lay-out* em 2 milhões de ton/ano de aço líquido.

Em meados de 1978³⁶ a SMJ recebeu solicitação da SIDEBRÁS no sentido de reduzir os investimentos da primeira fase de implantação, considerando-se inclusive a possibilidade de integração do projeto da SMJ com o projeto da AÇOMINAS, mediante o fornecimento 381.000 ton/ano de semi-acabados, complementares e necessários, para abastecer integralmente a laminação da siderúrgica de Juiz de Fora.

Os estudos de mercado e das fontes de recursos indicam a conveniência de uma reprogramação do empreendimento. É vantajoso em termos de otimização dos recursos para investimento no setor siderúrgico, aproveitar as disponibilidades de produtos siderúrgicos semi-acabados existentes em empresas do Sistema SIDERBRÁS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 1994a: 92).

O acordo com a AÇOMINAS, assinado em fevereiro de 1979, definiu que a Aços Minas Gerais seria responsável pelo fornecimento de semi-acabados (matéria-prima para a produção dos laminados não-planos sob a forma de blocos ou tarugos), à SMJ, por um período de 12 anos, a partir do início da operação da usina de Juiz de Fora e enquanto não fossem implantados os estágios necessários para que o aço pudesse ser obtido integralmente por produção na própria usina.

A AÇOMINAS, tendo em vista sua localização próxima ao minério de ferro, ficou responsável pela parte metálica, com alto-forno e produção de tarugos (início do processo de produção) e a SMJ, face sua localização próxima ao mercado consumidor, eliminou a parte metálica (adotou um forno elétrico)³⁷ e ficou com a parte complementar de fabricação do produto final, ou seja, o aço fino (ferro para construção, arame e fio-máquina).

A Mendes Júnior não tem fonte metálica, então traz o minério bruto, ela não tem alto-forno, então ela pega o minério sob a forma de tarugo, já numa fase de semi-acabado, beneficiando-o e transformando-o em produto final (MELLO REIS, 1994b:158)

A SMJ redefiniu o cronograma e a capacidade de produção da usina semi-integrada com a AÇOMINAS. Previu-se uma produção de 600.000 ton/ano de aço líquido numa primeira fase, que podia chegar a 2 milhões de ton/ano de aço líquido após passar por um estágio intermediário de 1,2 milhões de ton/ano. A mistura de produtos também foi modificada pela substituição do laminador de perfis pesados por um de perfis médio e, mais tarde, por um laminador de vergalhões e fio-máquina³⁸.

A empresa se verticalizou para frente e produz dentro da própria usina trefilados: arames não revestidos (BTC, MTC e ATC); pregos com e sem cabeça; arames galvanizados e produtos agropecuários como arames farpados (Raça e Rodeio - torção alternada e Capataz e Varjão - torção contínua), arame ovalado (Pônei) e pregos para cercas (MINERAÇÃO E METALURGIA, 1989:8).

Ficou estabelecido, que o projeto seria efetivado em estágios distintos: O primeiro estágio apresentaria uma produção própria de 200.000 ton/ano de aço líquido, complementada por produtos semi-acabados fornecidos pela AÇOMINAS, para o atendimento de uma laminação com capacidade instalada para o processamento de aproximadamente 540.000 ton/ano de produtos laminados (barras redondas, vergalhão em rolos, vergalhão em barras, fio-máquina e trefilados), o que corresponderia a 600.000 ton/ano de aço líquido. Neste primeiro estágio, previsto para entrar em operação em 1982, com investimentos fixos da ordem de US\$ 396.419.000,00, a planta consistiria de uma aciaria elétrica, um lingotamento contínuo de tarugos, um laminador de fio-máquina, barras e vergalhões e uma trefilaria (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 1994a).

O segundo estágio previa a integração da usina com a produção de 710.000 ton/ano de aço líquido, bem como o aumento da produção de laminados para 640.000 ton/ano, através da instalação de uma coqueria, de baixos fornos elétricos de redução, da expansão da aciaria com a instalação de fornos LD, o aumento do número de máquinas de lingotamento contínuo e duplicação da trefilaria (Quadro 2). Além do minério semi-acabado, sob a forma de tarugo (lingotes), fornecido pela AÇOMINAS, a SMJ iria complementar seus insumos com sucatas (aproximadamente 35% da matéria-prima) adquiridas dos principais centros geradores no Brasil (São Paulo e Belo Horizonte), transportadas por via rodoviária e/ou ferroviária (preferencialmente) até a planta, sendo que neste segundo caso seria aplicado o princípio de uso do frete de retorno³⁹.

Em 1979 o CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial) aprovou a concessão de incentivos fiscais a SMJ para a importação de equipamentos e máquinas (40%), o

Ministério da Fazenda concedeu os mesmos incentivos deferidos às exportações às vendas de máquinas e equipamentos nacionais para a usina siderúrgica no mercado interno e a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) enquadrou os equipamentos nacionais da siderúrgica na linha de crédito de seu Programa Especial.

Em 1980, a SMJ assinou contrato com a Central Elétrica de Minas Gerais (CEMIG) para o fornecimento de energia elétrica à usina na tensão de 138 KV, com demandas reservadas até 100 MVW e com o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG) para o repasse de recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) destinados ao financiamento de serviços e de engenharia básica. Neste mesmo ano a siderúrgica contratou empréstimos com o *Lloyds Bank International* no valor de US\$ 17 milhões e negociou empréstimos bilaterais junto ao *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (Alemanha) e *Skandinaviska Enskilda Banken* (Suécia), nos valores de US\$ 8,6 milhões e US\$ 3,1 milhões, respectivamente, para financiamento dos componentes e equipamentos importados da usina⁴⁰ (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 1994a).

No segundo semestre de 1980, depois de concluídas as obras de terraplanagem e drenagem do terreno, deu-se início à construção da SMJ, a qual entrou em operação comercial no ano de 1984.

4. A EMPRESA SIDERÚRGICA MENDES JÚNIOR

Assim, após mais quase quinze anos envolvendo negociações políticas e obras de drenagem, terraplanagem e de engenharia da usina, num processo de ampliação e redução da capacidade de produção, a SMJ entrou em operação num período de retração da economia brasileira e de queda da demanda interna de aço.

Desde 1979, o Brasil passou de importador a exportador líquido de produtos siderúrgicos. Para os produtos não-planos esta mudança, ocorreu já em 1977, em decorrência do esforço de substituição de importações desenvolvido pelo setor privado (MUSETTI, 1986:27).

Se até a década de 1980, as vendas do setor de aços não-planos estiveram dirigidas principalmente para o atendimento do mercado interno, que apresentou taxas elevadas em toda a década de 70, a partir de 1980, em razão da crise, o setor buscou uma estratégia de diversificação de mercados, visando a uma participação mais permanente em alguns mercados externos, à medida que se percebia um enfraquecimento no crescimento da demanda interna. Este enfraquecimento, que

desabou para uma redução da demanda⁴¹ impôs o recurso às exportações⁴² como único meio de alcançar taxas aceitáveis de utilização da capacidade instalada.

As exportações de não-planos em 1985 totalizaram US\$ 550 milhões contribuindo para o produto siderúrgico se posicionar como o primeiro item na pauta de exportação de produtos manufaturados no país (MUSSETTI, 1986:28).

No final dos anos 80, devido à possibilidade de reativação da economia e do aumento do consumo de aço no país, tornou-se necessário o retorno do planejamento do setor. Foi formulado, então o II PSN para o período de 1987 até o ano 2000, baseado na modernização tecnológica e complementação das usinas existentes. Entretanto com a posse do governo Collor em 1990, o II PSN foi abandonado, devido à extinção da SIDERBRÁS e à decisão de privatizar o setor.

No início dos anos 90, a SMJ atravessou uma fase difícil, decorrente de uma acentuada queda no nível de vendas e dos preços praticados no mercado interno. As exportações, apesar do elevado volume comercializado, apresentaram um baixo nível de rentabilidade em função da defasagem da taxa de câmbio (a defasagem chegou a 30%) e da queda dos preços verificados no mercado externo em função do desaquecimento da economia mundial.

O Grupo Mendes Júnior encontrava-se numa situação financeira complicada, com dívidas de cerca de US\$ 2,0 bilhões junto aos bancos federais e de aproximadamente US\$ 199 milhões junto aos bancos estaduais. O Grupo viu na possibilidade de adquirir a AÇOMINAS a oportunidade de escapar da insolvência (GRECO e COUTINHO, 2002).

Em 1993 a AÇOMINAS foi privatizada, sendo adquirida em leilão⁴³, por um consórcio liderado pelo Grupo Mendes Júnior (31,8% do capital), com participação do Clube de Participação Acionária dos Empregados da AÇOMINAS/CEA (20% do capital), das empresas Companhia Vale do Rio Doce (5% do capital) e Aços Vilarés (6,2% do capital) e dos bancos estaduais CREDIREAL, BEMGE e BDMG (7,4% do capital) (DE PAULA, 2002).

A transferência do controle, só foi possível porque o governo do estado, através de seus bancos públicos⁴⁴, decidiu que o grupo mineiro seria proprietário da siderúrgica. Direta e indiretamente o BEMGE, O CREDIREAL e o BDMG garantiram US\$ 190 milhões em moedas de privatização para a compra da AÇOMINAS, o que equivale a 50,26% do que o consórcio liderado pela Mendes Júnior gastou para adquirir o controle da siderúrgica (MERCADO COMUM, 1993:6).

Dada a relação de complementaridade existente entre os processos produtivos das duas empresas a união das duas siderúrgicas foi vista como capaz de promover maior racionalidade na produção, tanto pelas economias nas despesas administrativas, comerciais e de produção, quanto pela oportunidade de otimizar os investimentos já realizados, não sendo necessário gerar duplicidade nas etapas de produção.

Entretanto, a gestão financeira adotada pela Mendes Júnior⁴⁵ na AÇOMINAS foi direcionada para drenar seus recursos e direcioná-los para o grupo⁴⁶. Em outubro de 1994, quando os demais sócios souberam do “rombo financeiro”, afastaram o grupo da direção da empresa. Assim, o grupo Mendes Júnior deixa a direção da AÇOMINAS, novamente em situação de insolvência e com uma dívida líquida de US\$ 500 milhões (GRECO e COUTINHO, 2002).

Em 1995 a SMJ foi arrendada à Companhia Siderúrgica Belgo Mineira (tendo como principal acionista o grupo europeu Arcelor⁴⁷), pelo prazo de sete anos (2002), prorrogáveis até 2006. Um dos principais obstáculos da transação foi fazer o levantamento dos débitos da SMJ e iniciar uma ampla negociação com os credores (bancos e fornecedores).

Em 1999, a Belgo-Mineira fechou acordo com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para resgatar uma dívida superior a R\$ 700 milhões da Siderúrgica Mendes Júnior e a partir de então, tentou fechar acordo com a AÇOMINAS (dívida ao redor de US\$ 500 milhões) e com 80 credores da SMJ, que representavam uma dívida de cerca de US\$ 300 milhões, para assumir em definitivo o controle (99% das ações) da siderúrgica. Em fevereiro de 2003, a usina de Juiz de Fora foi adquirida pela Belgo Mineira, passando a operar com nome novo, Belgo Mineira Participação Indústria e Comércio S. A (BMP).

Em 2006 o grupo siderúrgico europeu Arcelor, principal acionista da Belgo Mineira, alterou a denominação social da empresa para Arcelor Brasil (reunião da Belgo Mineira, da Companhia Siderúrgica de Tubarão e da Vega do Sul). Também em 2006 foi anunciado o “casamento” entre a líder mundial do setor de aços Mittal Steel (capital indiano) com a Arcelor, segunda maior produtora de aço do mundo. A empresa de Juiz de Fora passou a se chamar ArcelorMittal Juiz de Fora - Aços Longos⁴⁸.

5. CONCLUSÃO

O projeto industrial da Siderúrgica Mendes Júnior, embora fosse um projeto associado à iniciativa privada, foi concebido e implementado com elevada interferência pública.

O Governo Federal, além de conceder incentivos para importação de equipamentos, viabilizou a obtenção de recursos a juros subsidiados junto ao BNDE e injetou recursos no projeto via participação acionária. Com relação à capacidade de produção, a interferência estatal refletiu as variações cíclicas da economia brasileira durante as décadas de 70 e 80, ou seja, no período de crescimento econômico, o Estado interveio para ampliar o projeto em níveis de produção mais ambiciosos. Entretanto, com a crise do final dos anos 70 e início dos 80, o projeto foi recuando de tamanho, os prazos de implantação se atrasando e a empresa direcionando parte da produção para o mercado externo.

Os governos estadual e municipal, apesar da grande participação no processo de negociação da implantação do projeto industrial na cidade, tiveram como papel as funções de suporte ao empreendimento. Ao regional e ao local coube o papel de desobstrução de problemas infra-estruturais e da complementação da política de incentivos, objetivando viabilizar a implantação da usina siderúrgica em Juiz de Fora.

As lideranças estaduais pensavam a implantação do projeto industrial como capaz de permitir o fortalecimento industrial e político do Estado, principalmente através da transformação de Minas Gerais de estado exportador de minério de ferro em estado produtor de aço, e as lideranças municipais viam na criação de um pólo siderúrgico na cidade a possibilidade de gerar uma série de efeitos positivos (ampliação do emprego e da renda, atração de novas empresas, diversificação da atividade industrial, diversificação da demanda local), sobre o sistema econômico local, capazes de dinamizar a economia da cidade.

Entretanto, como os produtos produzidos pela SMJ se concentravam nos primeiros estágios de produção (insumos básicos), estes, possuíam apenas encadeamentos a jusante (para frente) na cadeia de produção e, como os *linkages* da planta industrial (demanda, fornecedores, matérias-primas) não estavam presentes em Juiz de Fora⁴⁹, a implantação da SMJ foi incapaz de gerar um pólo siderúrgico na cidade e, conseqüentemente de dinamizar a economia de Juiz de Fora.

5. REFERÊNCIAS

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Análise Econômica do Projeto SMJ. Rio de Janeiro, 1976.

BASTOS, Suzana Quinet de Andrade. Disritmia Espaço-Temporal: Análise das estratégias de Desenvolvimento adotadas em Juiz de Fora (MG), pós anos 70. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. 134 p. (Tese de doutorado), 2004.

CASTELO, João Pedrosa. A Experiência Recente de Industrialização na Região Polarizada por Juiz de Fora: o caso da Cia. Paraibuna de Metais e da Siderúrgica Mendes Júnior. Juiz de Fora: UFJF/NUPE/FEA, (Entrevista realizada em 07/05/92), p. 1-30, 1994b.

COTRIM, Newton, R. B. Relatório da consultoria da SMJ acerca da decisão de investimento e da localização da empresa. 34 p., 03/10/79.

DELGADO, Tarcísio. A Experiência Recente de Industrialização na Região Polarizada por Juiz de Fora: o caso da Cia. Paraibuna de Metais e da Siderúrgica Mendes Júnior. Juiz de Fora: UFJF/NUPE/FEA, (Entrevista realizada em 04/10/93), p.180-211, 1994b.

DE PAULA, G. Estudo de Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio. Campinas, Instituto de Economia/UNICAMP, 2002.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS (DEEST). Siderurgia Brasileira: Questões e Perspectivas para a Próxima Década, 132 p., Janeiro de 1987.

DIÁRIO MERCANTIL. Geisel em Juiz de Fora: conjugação harmônica do governo com a iniciativa privada para o progresso, Juiz de Fora: 27/10/76.

FAGUNDES NETO, Fernando. A Experiência Recente de Industrialização na Região Polarizada por Juiz de Fora: o caso da Cia. Paraibuna de Metais e da Siderúrgica Mendes Júnior. Juiz de Fora: UFJF/NUPE/FEA, (Entrevista realizada em 16/09/93), p.109-145, 1994b.

GRECO, Antônio do Monte Furtado; COUTINHO, Carlos Sidnei. AÇOMINAS: um exemplo polêmico de privatização. In: X Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina (MG): 18 p., 2002.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS (IPT). Seminário sobre previsão tecnológica e tendências na indústria siderúrgica brasileira. São Paulo: p. 16-34, 1987.

LESSA, Carlos. A Estratégia de desenvolvimento 1974-1976. Sonho e Fracasso. Rio de Janeiro: UFRJ, 190 p., 1978.

MELLO REIS, Francisco. A Experiência Recente de Industrialização na Região Polarizada por Juiz de Fora: o caso da Cia. Paraibuna de Metais e da Siderúrgica

Mendes Júnior. Juiz de Fora: UFJF/NUPE/FEA, (Entrevista realizada em 25/10/93), p.146-179, 1994b.

MERCADO COMUM. A opção do Governo pela Mendes Júnior. Ano 1, n 1, Belo Horizonte: 16 p., setembro de 1993.

MINERAÇÃO E METALURGIA. A Siderurgia Privada Brasileira: Perfil e Política de Ação. n 510, p. 4-16, 1989.

MUSETTI, André. Siderurgia privada quer manter seu espaço. Brasil Mineral. n. 27, p. 27-28, Fevereiro de 1986.

OLIVEIRA, Paulino de. História de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 319 p., 1953.

PESTANA, Agostinho. A Experiência Recente de Industrialização na Região Polarizada por Juiz de Fora: o caso da Cia. Paraibuna de Metais e da Siderúrgica Mendes Júnior. Juiz de Fora: UFJF/NUPE/FEA, (Entrevista realizada em 07/08/92.), p.31-54, 1994b.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA (PJF). Mensagem do Prefeito Itamar Franco ao Presidente da Câmara Municipal, n.472, Juiz de Fora: 20/04/1971.

SIDERÚRGICA MENDES JÚNIOR (SMJ). Acordo de Acionistas, 24 p., 14 de outubro de 1976.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). A Experiência Recente de Industrialização na Região Polarizada por Juiz de Fora: o caso da Cia. Paraibuna de Metais e da Siderúrgica Mendes Júnior. Juiz de Fora: UFJF/NUPE/FEA, (Relatório de Pesquisa) 247 p., 1994a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). A Experiência Recente de Industrialização na Região Polarizada por Juiz de Fora: o caso da Cia. Paraibuna de Metais e da Siderúrgica Mendes Júnior. (Entrevistas). Juiz de Fora: UFJF/NUPE/FEA, 253 p., 1994b.

6. APÊNDICE (Relação de Quadros)

Quadro 1 - Seleção do Processo de Fabricação do Aço

Alternativas	Consultor
Alto Forno/Aciaria LD	Nippon Steel
SL/RN e Aciaria Elétrica	Nippon Kokan
Baixo Forno/Aciaria LD-Redução Direta/Aciaria Elétrica	Mannesmann/Demag/Korf
Baixo Forno/Aciaria LD	Mannesmann/Demag

OBS: (LD) conversor a sopro de oxigênio

Fonte: Cotrim (1979).

Quadro 2 – Níveis de Produção da SMJ – ton/ano

Produto	Tipo	Estágio I	Estágio II
Insumos	Coque Total	-	230.000
	Gusa Líquido	-	420.000
	Aço Líquido	200.000	710.000
	Tarugos Próprios	192.000	690.00
	Blocos Comprados	381.000	-
	Sucata Comprada	164.000	260.000
Laminados	Barra Redonda	19.000	24.000
	Vergalhão Barra	115.000	115.000
	Vergalhão Rolo	159.000	159.000
	Fio-Máquina	142.000	142.000
Trefilados	Arames	100.000	200.000
	Total	535.000	640.000

Fonte: Cotrim (1979).

¹ Professora do Mestrado em Economia Aplicada da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora (FEA/UFJF) e pesquisadora do CNPQ e FAPEMIG.

² Professor do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora (FEA/UFJF) e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal de Lavras (UFLA)

³ Professor do Mestrado em Economia Aplicada da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora (FEA/UFJF) e pesquisador da FAPEMIG.

⁴ Os países desenvolvidos forneceram equipamentos e assistência técnica aos países em desenvolvimento, além dos recursos financeiros emprestados pelos bancos privados internacionais (DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 1987:03).

⁵ Nos anos 70, os EUA diminuíram a produção de aço de 130 milhões de ton/ano para menos de 70 milhões de ton/ano, tendo em vista a perda de competitividade de suas usinas (DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 1987).

⁶ Enquanto a produção mundial de aço mostrou crescimento moderado de 2,4% no período 1973-1985 em consequência da crise internacional, a produção siderúrgica brasileira teve um crescimento de 188,7% (INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS, 1987:20).

⁷ Em 1971 a produção de aços não-planos era de 2,5 milhões de ton/ano (BASTOS, 2004).

⁸ Essa segmentação era uma característica da indústria siderúrgica brasileira, pois a nível mundial era possível encontrar empresas que produziam os diversos tipos de aço.

⁹ A Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) e a Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA) foram empresas criadas por capitais privados, posteriormente herdadas pela SIDERBRÁS e privatizadas em 1989. No início dos anos 80, além da SMJ, a siderúrgica cearense do Grupo Gerdau também entrou em operação (DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 1987).

¹⁰ O projeto fracassou porque a Câmara só aprovou a concessão do terreno não tendo aprovado a isenção de impostos municipais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 1994a).

¹¹ Juiz de Fora foi cogitada para abrigar a Siderúrgica Nacional, *mas no processo político entre Getúlio Vargas, Amaral Neto e Amaral Peixoto foi escolhido o Estado do Rio* (PESTANA, 1994b: 34).

¹² Segundo Delgado (1994b), o grande artífice do projeto siderúrgico foi o prefeito Itamar Franco, que convenceu o empresário José Mendes Júnior a fazer uma grande obra na cidade.

¹³ Nos anos 50, Juiz de Fora sofria de carência de energia elétrica, a qual foi solucionada, no início dos anos 70, através da interligação da Companhia Mineira de Eletricidade (CME) com a CEMIG.

¹⁴ José Mendes Júnior e seus filhos eram os sócios da empresa.

¹⁵ As empresas Tecnometal Estudos e Projetos Industriais S.A. e a Nippon Steel foram contratadas pela Mendes Júnior para realizar o estudo de viabilidade técnico-econômico do projeto siderúrgico.

¹⁶ Área de cerca de 7,5 milhões de m² doada pela PJF e o restante adquirida pela SMJ (BASTOS, 2004).

¹⁷ O empréstimo de Cr\$ 1.500.000,00, foi totalmente pago na administração de Agostinho Pestana (BASTOS 2004). Em 2008 este valor correspondia a aproximadamente 4 ou 5 milhões de reais.

¹⁸ Como os prazos não foram cumpridos, foi necessária uma nova legislação, para reafirmar os compromissos.

¹⁹ O CONSIDER previa a criação da Usina 2 da Siderúrgica Nacional (CSN), em Itaguaí e a construção da Usina Siderúrgica de Tubarão no Espírito Santo.

²⁰ Este valor chegou em US\$ 750 milhões e se encontrava na marca dos US\$ 1.200 milhões em 1975 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 1994a).

²¹ *Os incentivos fiscais destinam-se a compensar as inversões fixas realizadas na implantação da referida usina siderúrgica* (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1976).

²² A construção da barragem ficou a cargo do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS).

²³ Para Mello Reis (1994b) a concorrência ocorreu normalmente, apesar das construtoras Andrade Gutierrez e R. Almeida se retirarem do processo e, no final, ficar só a Construtora Mendes Júnior.

²⁴ Os recursos foram obtidos através de um *pool* de quatorze bancos liderado pelo Banco de Londres.

²⁵ A PJF autorizou o Estado de Minas Gerais a reter as quotas-partes do ICM, devidas ao município, que viessem a ser geradas pela SMJ, após sua entrada em operação, para cobrir o principal e os encargos.

²⁶ No período 1977 a 1985 a PJF viu-se diante de compromissos financeiros desproporcionais à sua capacidade de pagamento, o que estrangulou a capacidade de endividamento do município.

²⁷ Sendo a Vale do Rio Doce acionista da AÇOMINAS, a empresa exigiu a implantação da siderúrgica em local de acesso dos trilhos da empresa.

²⁸ A AÇOMINAS poderia ter uma produção de até 8 milhões de ton/ano e gerar até 30.000 empregos diretos, quando estiver operando em plena capacidade (BASTOS, 2004).

²⁹ Segundo Delgado (1994b), o secretário de Indústria e Comércio do governo Aureliano Chaves, Fernando Fagundes Neto estava junto com o governador “apostando” no projeto AÇOMINAS.

³⁰ Como os projetos tinham a mesma linha de produção se cogitou a divisão de funções entre a SMJ e a AÇOMINAS.

³¹ A sociedade tinha por objeto principal a exploração da indústria siderúrgica, seus correlatos e derivados e do comércio, importação e exportação de matérias-primas e produtos siderúrgicos.

³² Sociedade Anônima formada entre o Estado de Minas e a Construtora Mendes Júnior que tinha por objetivo o controle acionário da siderúrgica.

³³ O Brasil possuía reservas de carvão mineral no sul do país, entretanto o carvão nacional possui altos teores de cinza e enxofre, elementos estes que são indesejáveis no processo de fabricação do aço.

³⁴ As obras de terraplanagem criariam 73 empregos de nível superior, 206 de nível médio e 4.121 de mão de obra não especializada (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 1994a).

³⁵ Segundo resposta da SMJ a questionário elaborado pela Fundação João Pinheiro, a mão de obra empregada no empreendimento siderúrgico atingiria mais de 10 mil operários.

³⁶ As obras da siderúrgica foram semiparalisadas durante o ano de 1978.

³⁷ Para Castelo (1994b) é um grande desperdício resfriar o lingote que está a mais de 1.000 graus centígrados para ser transportado e em Juiz de Fora reaquecê-lo para poder laminá-lo.

³⁸ O consumo de fio-máquina destina-se aos setores de trefilaria, fábrica de cabos, arames e parafusos.

³⁹ O uso do frete de retorno significa a possibilidade de utilizar o frete mais barato de caminhões ou trens que voltam “vazios” para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo e a cidade de Belo Horizonte.

⁴⁰ Estavam previstos financiamentos do BID (US\$ 46 milhões) e BIRD (US\$ 69 milhões) para equipamentos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 1994a).

⁴¹ Em 1985, o consumo de aço foi de 95 kg/hab., valor este 30% abaixo do nível de 1980 (DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 1987).

⁴² Nos anos 80, a política de contingenciamento das importações de aço, por parte dos EUA e da CEE, implicou num aumento da concorrência externa e na queda dos preços de exportação.

⁴³ Leilão disputado por três grandes grupos: Grupo Mendes Júnior, Grupo Gerdau/Usiminas e Acesita.

⁴⁴ A SMJ devia, desde 1979, US\$ 63 milhões ao BEMGE e US\$ 37,7 milhões ao CREDIREAL. A dívida foi trocada por US\$ 100 milhões em debêntures emitidas pela SMJ (GRECO e COUTINHO, 2002).

⁴⁵ O grupo Mendes Júnior, apesar de deter apenas 31% do capital total assumiu a direção em virtude do acordo com o CEA que detinha 20% do capital da empresa privatizada (GRECO e COUTINHO, 2002).

⁴⁶ Sem consulta prévia aos demais sócios, a AÇOMINAS realizou operações com o grupo Mendes Júnior no valor de US\$ 400 milhões (GRECO e COUTINHO, 2002).

⁴⁷ Em 2001 ocorreu a fusão entre a ARBED (belga-luxemburguês), a Usinor (França) e a Aceralia (Espanha) surgindo a Arcelor, gigante do setor siderúrgico mundial, da qual a Belgo faz parte.

⁴⁸ No início de 2008 a Belgo-Arcelor Brasil colocou em funcionamento dois alto-fornos a carvão vegetal na usina de Juiz de Fora objetivando alcançar a produção de 360.000 ton/ano de ferro-gusa. A instalação dos altos-fornos faz parte do Programa Belgo de Sustentabilidade, que mobiliza pequenos e médios agricultores da Zona da Mata e Sul de Minas, para o plantio de eucalipto destinado à produção do carvão.

⁴⁹ As complementaridades da planta industrial se encontravam principalmente no Estado de São Paulo como resultado de uma trajetória histórica de constituição do parque industrial e da malha de transportes no Brasil (BASTOS, 2004).